

A presença indígena na Literatura Brasileira *The indigenous presence in Brazilian Literature*

Keyla Patrícia da Silva MACENA¹
Mateus Henrique Silva de SOUSA²
Eliene Amorim de ALMEIDA³

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada por meio do Núcleo de Pesquisa da Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, com o objetivo de compreender como os povos indígenas estão retratados na Literatura Brasileira. A pesquisa bibliográfica foi realizada durante os anos de 2020 e 2021, fundamentada principalmente em Bosi (2017), Almeida (2019), Luciano (2006) e Silva (2020), que possibilitaram uma análise crítica acerca da Literatura Brasileira e das culturas indígenas do país. Os resultados apontaram para uma representação estereotipada dos povos indígenas, que os coloca sempre como selvagens ou passivos, ignorando a importância dos nativos na construção do país e nas lutas contra a expropriação pelos colonizadores. Esperamos, portanto, que esse estudo seja um contributo para a discussão étnico-racial no país, por meio da Literatura Brasileira, possibilitando uma perspectiva crítica e social das obras produzidas ao longo dos séculos, a fim de contribuir para uma sociedade menos preconceituosa.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Escolas Literárias. Culturas indígenas.

Abstract: This article is the result of a research carried out by the Research Group of the Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, with the purpose of understanding how indigenous peoples are portrayed in Brazilian Literature. The bibliographic research was carried out during the years 2020 and 2021, based mainly on Bosi (2017), Almeida (2019), Luciano (2006) and Silva (2020), who allowed a critical analysis of Brazilian Literature and the indigenous cultures of the country. The results pointed to a stereotyped representation of indigenous peoples, which always places them as savage or passive, ignoring the importance of native people in the construction of the country and in the struggles against the expropriation of colonizers. We hope, therefore, that this study is a contribution to the ethnic-racial discussion in the country through Brazilian Literature, enabling a critical and social perspective of the works produced over the centuries, in order to contribute to a less prejudiced society.

Keywords: Brazilian Literature. Literary Schools. Indigenous cultures.

DOI: <http://dx.doi.org.10.24024/23579897v30n2a2021p40058>

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada durante os anos de 2020 e 2021, por meio do Núcleo de Pesquisa da FAFIRE, que foi motivada pela percepção da necessidade de se discutir mais a temática indígena na Literatura Brasileira com vistas a promover uma análise crítica que busque superar estereótipos ou representações negativas dos povos originários.

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo geral compreender como os povos indígenas são apresentados na Literatura Brasileira, e como objetivos específicos: identificar quais Escolas Literárias abordam a temática indígena em suas obras; analisar a presença dos povos indígenas nas principais obras dessas Escolas e apresentar apontamentos e críticas acerca das descrições elaboradas pelos autores, confirmando a nossa hipótese de que o indígena foi retratado de forma pouco significativa nos livros analisados.

¹ Licencianda em Letras pela FAFIRE e em Pedagogia pela UFPE | E-mail: keylamacena@gmail.com ou keyla.macena@ufpe.br.

² Licenciado em Letras pela FAFIRE | E-mail: sousamateush@gmail.com

³ Doutora em Educação pela UFPE | professora e orientadora da Pesquisa | NUPIC-FAFIRE | E-mail: elienea@prof.fafire.br

Posto isso, trata-se, então, de uma pesquisa bibliográfica, que consistiu no levantamento de obras cujos personagens são apresentados como indígenas, e de suas respectivas análises, ancoradas no entendimento de cultura, apresentado por Laraia (2009, p. 25) como um conjunto “complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”; Estudos da Temática indígena baseados em Almeida (2019), Luciano (2006) e Silva (2020), e na Historiografia da Literatura, fundamentada, principalmente, em Bosi (2017).

1. As culturas indígenas em questão

Como sabemos, o processo de colonização do Brasil foi além da exploração das riquezas materiais e do espaço físico, pois também afetou pessoas e suas culturas. Mediante uma ideia europeia de civilização, os colonizadores, com uma postura etnocêntrica, crendo ter uma cultura superior aos demais povos (LARAIA, 2009), catequizaram e tentaram, de todas as formas, apagar as culturas dos povos indígenas, não respeitando seus modos de vida, filosofias, vestimentas, rituais ou símbolos.

Acerca disso, Laraia (2009) explica que cada cultura tem a sua lógica própria, ou seja, não existe uma cultura inferior ou superior, existem culturas diferentes que interferem em outras e são, também, interferidas por outras, mas que precisam ser respeitadas, pois “a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence” (LARAIA, 2009, p. 87).

Assim sendo, entendemos que os povos indígenas passaram, por muitos anos, por um processo de invasão cultural, com uma visão positivista da história, cujo objetivo foi destruir as culturas “tribais”, consideradas não desenvolvidas, inferiores. Isso dificultou, inclusive, o processo de estudo das práticas culturais desses povos, porque “os chamados povos primitivos eram considerados isolados e sem história” (ALMEIDA, 2019, p. 15).

A partir do momento em que esses povos indígenas eram, segundo a historiadora Almeida (2019), “assimilados” pela colonização, seja como escravizados ou como aliados, eles deixavam de ser interessantes – na visão dos antropólogos –, já que não eram mais puros, eram “aculturados”, haviam se integrado em uma nova cultura ou trazido elementos dessa cultura europeia para suas práticas. Assim, existia sempre um processo de dominação, uma cultura sendo submissa à outra (ALMEIDA, 2019).

No século XX, quando os indígenas começam a reivindicar seus direitos, e os antropólogos passam a entender as dinâmicas culturais e respeitá-las, voltando o interesse para os povos indígenas, é que surgem alguns estudos mais aprofundados sobre esses povos e sobre suas práticas culturais.

Desse modo, entende-se que existem diferentes povos indígenas, localizados em diferentes estados do Brasil e que, conseqüentemente, possuem culturas distintas, com rituais distintos, com saberes construídos ao longo da vida de cada povo, com histórias e modos de vida diversos, e que se relaciona em dinâmicas outras em cada aldeia. Conforme explica Luciano,

A cultura indígena em nada se refere ao grau de interação com a sociedade nacional, mas com a maneira de ver e de se situar no mundo; com a forma de organizar a vida social, política, econômica e espiritual de cada povo. Neste sentido, cada povo tem uma cultura distinta da outra, porque se situa no mundo e se relaciona com ele de maneira própria (LUCIANO, 2006, p. 46).

O autor continua explicando que os diferentes e diversos povos indígenas “representam culturas, línguas, conhecimentos e crenças únicas, e sua contribuição ao patrimônio mundial – na arte, na música, nas tecnologias, nas medicinas e em outras riquezas culturais – é incalculável” (LUCIANO, 2006, p. 47).

Ademais, é necessário estender a visão acerca dos povos indígenas e de suas culturas, para que se possa compreender, de uma maneira mais fidedigna e menos estereotipada, a vivência dessas pessoas e conhecer suas contribuições para os aspectos culturais e intelectuais da formação do Brasil.

2. Os indígenas no processo histórico

No século XX, a partir das contribuições interdisciplinares para analisar os povos indígenas e suas culturas, foi possível revisitar as produções literárias outrora publicadas e fazer leituras e apontamentos conforme a existência dos povos indígenas enquanto atores sociais, contribuindo para investigações mais precisas e diferentes interpretações sobre os vários períodos históricos que hoje conhecemos.

Conforme Almeida,

De personagens secundários apresentados como vítimas passivas de um processo violento no qual não havia possibilidades de ação, os povos indígenas em diferentes tempos e espaços começaram a aparecer como agentes sociais cujas ações também são consideradas importantes para explicar os processos históricos por eles vividos (ALMEIDA, 2019, p. 10).

Nesse sentido, pensar História do Brasil é pensar história dos povos indígenas, afinal, são os povos originários do país e, de acordo com Priore e Venâncio (2016, p. 20), “vestígios materiais indicam a existência de uma cultura indígena instalada em solo brasileiro milhares de anos antes da chegada de Cabral”. Entretanto, a forma como os indígenas são retratados é, muitas vezes, estereotipada e não apresenta a diversidade de povos indígenas que residiam e residem no Brasil.

Por muito tempo, os indígenas foram vítimas de uma visão estereotipada, que os enxergava como pessoas ignorantes, sem cultura e incivilizados. Assim, os historiadores os ignoravam no processo de construção histórica, bem como os antropólogos não aceitavam estudar povos “aculturados” – ou seja, que receberam intervenção de outras culturas – eles buscavam seres e culturas puras, algo que sabemos não existir (ALMEIDA, 2019), já que as culturas possuem um caráter dinâmico, estando sempre em processo de mudanças (LARAIA, 2009).

Sabendo disso, um panorama cronológico será traçado a partir desse tópico, a fim de trazer um pouco de como os indígenas eram vistos e retratados nos séculos passados, a começar pelo Século XVI, o Século do “descobrimento do Brasil”, quando Pedro Álvares Cabral encontrou as nossas terras e avistou alguns dos habitantes do país. Sobre isso, o escrivão Pero Vaz de Caminha descreverá:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber (CAMINHA, S/A, p. 3).

Essa é a visão que normalmente nos é apresentada nas escolas e em nosso processo formativo. A visão única, de um português que buscava favores da Coroa (GARSCHAGEN, 2019), e que teve o contato principal com os povos de língua Tupi, deixando passar diferenças e singularidades com outros povos, batalhas travadas entre eles, etc. Apesar de outros europeus, como os escritores Gandavo e Staden, terem escrito sobre os indígenas que aqui habitavam, o que nos é apresentado é apenas um indígena – controversamente – selvagem, e que não resistiu ao processo de escravização e colonização, um índio manso e passivo, portanto, estereotipado.

Assim, por serem considerados inferiores pelos colonizadores, os portugueses escravizaram os povos indígenas, exploraram as terras do Brasil e catequizaram os indígenas à religião católica, sob o pretexto de salvar as almas dos habitantes, desconsiderando que eles já tinham suas crenças e ritos. Conforme explica o trecho de historiadores,

Os portugueses ignoravam a identidade dos povos indígenas, acusando-os de não ter religião ou de desconhecer a agricultura. Consideravam que seu nível civilizatório era igual ou inferior ao dos nativos africanos, parecer que, em breve, justificaria a exploração e a catequese obrigatória de tribos inteiras (PRIORE; VENANCIO, 2016, p. 20).

Em última instância, exploração, desrespeito para com as pessoas e as culturas e sofrimento são basicamente as expressões que caracterizam a história dos povos indígenas, que nos é apresentada pelos brancos, no período Quinhentista⁴.

Entretanto, nos séculos XVIII e XIX, resistências indígenas foram registradas, ou seja, durante o Brasil Português/Colônia e o Brasil Império (Primeiro e Segundo Reinados). Quem nos apresenta essas “rebeliões” é João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire, no livro *A presença indígena na formação do Brasil* (2006). Os autores mostram como os povos indígenas foram resistentes e pensaram diferentes formas de combater a invasão e a exploração dos colonos.

Os índios fugitivos adotavam táticas de emboscada para atacar tropas governamentais e bandeiras de preamento. Como o trabalho indígena era importante para a economia colonial na Amazônia, tribos guerreiras, como os Mura do rio Madeira e os Mundurucu do rio Tapajós, combatiam de diferentes formas os projetos portugueses (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 84).

Logo, enquanto José de Alencar e outros romancistas descreviam um índio idealizado, seja o passivo ou o guerreiro, desejando criar uma “representação simbólica que expressasse a participação das raças na sua formação histórica” (SILVA, 2020, p. 12), os povos indígenas estavam reivindicando direitos e lutando contra o processo cruel de submissão em que foram colocados. Dentre essas manifestações de resistência, os pesquisadores destacam, como mais importantes e conhecidas, a Cabanagem, no Pará e no Amazonas, a Cabanada, no Nordeste, e a Guerra dos Bárbaros, ao revelar “que as atitudes indígenas de reação à colonização foram complexas, envolvendo articulações diversas entre populações, além de reelaborações socioculturais” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 55).

Então, é só com o passar do tempo, mais precisamente no século XX, que se chega a “hora de repensar os instrumentos de análise”, ou seja, de incluir os indígenas como seres

⁴ Período que faz referência aos anos do Século XVI (1500), quando ocorre a chegada dos portugueses no Brasil.

históricos que não desapareceriam com o tempo, como pensavam os historiadores e antropólogos. Assim sendo,

Os antropólogos passam a interessar-se pelos processos de mudança social [...] e os historiadores passam a valorizar comportamentos, crenças e cotidianos dos homens comuns, [...] bem como a interessar-se por estudos dos povos não ocidentais que tiveram importância fundamental em nossa história, tais como os índios e os negros (ALMEIDA, 2019, p. 20).

Destarte, os povos indígenas tornam-se não só objeto de estudo, como pessoas que influenciaram outras culturas, como se tornam também seres ativos responsáveis por processos de resistência durante a colonização, seres de diferentes culturas e ritos, entre outros atributos. Começa-se, então, a enxergar o índio como fundamental na construção histórica do país.

Dito isso, entendendo um pouco da história dos povos indígenas e como foram retratados na História do Brasil, conhecendo como eles – como todos os sujeitos históricos – interferiram em processos sociais, é possível voltar-se para a atualidade, a fim de conhecer um pouco sobre os povos indígenas contemporâneos, a começar pela reelaboração das culturas, das origens e das ressignificações.

Por conta do processo de colonização, que vitimou os indígenas, as suas tradições foram, por muito tempo, escondidas, ritos praticados em segredo. Muitas pessoas não se denominavam mais como indígenas, não reconheciam sua etnia perante a sociedade, mas isso mudou com o passar dos anos. Luciano explica que:

O índio de hoje é um índio que se orgulha de ser nativo, de ser originário, de ser portador de civilização própria e de pertencer a uma ancestralidade particular. Este sentimento e esta atitude positiva estão provocando o chamado fenômeno da etnogênese, principalmente no Nordeste. Os povos indígenas, que por força de séculos de repressão colonial escondiam e negavam suas identidades étnicas, agora reivindicam o reconhecimento de suas etnicidades e de suas territorialidades nos marcos do Estado brasileiro (LUCIANO, 2006, p. 33).

Assim, existem atualmente 305 povos indígenas no Brasil, conforme Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2011), que contabiliza mais de 896 mil pessoas, vivendo 324.834 em área urbana e 572.083 em área rural. Cada um desses povos traz consigo suas culturas e ritos, além de uma diversificação de 274 línguas.

3. As representações indígenas na literatura brasileira

A literatura se ocupou também de registrar alguns dos rituais e culturas indígenas. Em certos momentos, de forma mais fiel, e, em outros, de forma equivocada. Em todos os casos, conforme a interpretação do autor e de intenção da obra, já que a Literatura Brasileira, em sua trajetória, apresenta características vivas e representativas de inúmeros momentos, povos e conjunturas sociais já vivenciadas pelo país. Assim, deve-se atribuir a esta o peso e importância para a construção de alguns ideários sociais e culturais.

E quando se trata de registros acerca dos povos indígenas, a Literatura Brasileira também “foi de extrema importância, pois deu a possibilidade de mostrar, ainda que não genuinamente, através das artes, um pouco da cultura, costumes e crenças que aqui havia antes do processo de colonização” (FERNANDES *et al.* 2016, p. 29).

Posto isso, em três principais períodos, os indígenas obtiveram maior destaque na Literatura Brasileira, retratados em obras e diferentes gêneros literários no Quinhentismo, no Romantismo e no Modernismo, que são as escolas nas quais nos deteremos, a partir de agora.

3.1 O Quinhentismo brasileiro e a presença indígena

Ao falarmos da presença indígena no percurso literário brasileiro, destacam-se algumas problemáticas representativas, envolvendo uma série de violências sofridas por tais povos, e tendo suas consequências refletidas até os dias atuais. De acordo com Santos (2009), em sua pesquisa intitulada *O percurso da indianidade na literatura brasileira*, o primeiro passo para analisar e identificar tais características indígenas no nosso histórico literário é imergir na literatura de viagem, marcada pelo suposto descobrimento do Brasil. Segundo o autor,

Para percorrer a literatura brasileira ao encontro dessa representação, faz-se necessário o retorno aos textos produzidos pelos cronistas, na literatura de viagem, ou de informação, em que o objetivo fundamental era descrever a visão edênica do novo mundo, impressa no olhar surpreso dos homens guiados pela tradição, que a interpretaram de acordo com suas experiências, somadas à fantasia meticulosa das observações do real. O registro do país, por diversos ângulos, legou às gerações sucedâneas imagens que se espalharam pelos textos ficcionais e ocuparam o corpus da literatura nacional. Isso não se deu apenas pelo valor histórico, mas pelo contingente simbólico a respeito do homem natural e da terra americanos (SANTOS, 2009, p. 15).

Ainda de acordo com Santos (2009, p. 15-16), “É a partir do ‘descobrimento’ da América e, posteriormente, do Brasil, que se formou um compósito de histórias, reunindo mitos e visões

contraditórias em torno do habitante nativo das terras americanas”. Trata-se, aqui, do Quinhentismo, período esse datado de 1500, em que as supostas produções literárias eram mais textos de informação, ou seja, escritos que descreviam a imagem vista pelos europeus que aqui chegaram.

Sobre a condição colonial na Literatura Brasileira, Bosi (2017), em *A história concisa da literatura brasileira*, traz algumas informações que descrevem o que se passou na época e apresenta qual a funcionalidade dos primeiros registros literários brasileiros, visando caracterizar informações a respeito da natureza e dos homens nativos, coletados por viajantes e religiosos da Europa, no processo de “descobrimento” do Brasil. A carta de Pero Vaz de Caminha, por exemplo, trata do suposto descobrimento de uma terra, até então, inédita, dedicada a el-rei D. Manuel, como referenda Bosi:

Espírito observador, ingenuidade (no sentido de um realismo sem pregas) e uma transparente ideologia mercantilista batizada pelo zelo missionário de uma cristandade ainda medieval: eis os caracteres que saltam à primeira leitura da Carta e dão sua medida como documento histórico (2017, p. 14).

Ao analisar o decorrer da carta, percebemos que os povos originários eram comparados a alguns animais, como aves ou alimárias monteses, o que já iniciava o processo de “animalização” dos indígenas por parte dos europeus. Essa caracterização também aparecerá nos escritos do português Pêro Magalhães Gândavo, conforme o trecho a seguir:

Estes Índios são de cor baça, e cabelo corredio; tem o rosto amassado, e algumas feições dele à maneira de Chins. Pela maior parte são bem-dispostos, rijos e de boa estatura; gente mui esforçada, e que estima pouco morrer, temerária na guerra, e de muito pouco consideração: são desagradecidos em grã maneira, e mui desumanos e cruéis, inclinados a pelejar, e vingativos por extremo. Vivem todos mui descansados sem terem outros pensamentos senão de comer, beber, e matar gente, e por isso engordam muito, mas com qualquer desgosto pelo conseqüente tornam a emagrecer, e muitas vezes pode deles tanto a imaginação que se algum deseja a morte, ou alguém lhe mete em cabeça que há de morrer tal dia ou tal noite não passa daquele termo que não morra. São mui inconstantes e mudáveis: crêem de ligeiro tudo aquilo que lhes persuadem por dificultoso e impossível que seja, e com qualquer dissuasão facilmente o tornam logo a negar. São mui desonestos e dados à sensualidade, e assim se entregam aos vícios como se neles não houvera razão de homens: ainda que, todavia, em seu ajuntamento os machos e fêmeas têm o devido resguardo, e nisto mostram ter alguma vergonha (GÂNDAVO, S/A, p. 26-27).

É perceptível que, nesse tratado, Gândavo expõe o “desprezo” para com os nativos da terra recém-achada, pois julga os seus hábitos e culturas, bem como tenta reproduzir os pensamentos e vontades dos indígenas, ainda que seja impossível de ele saber quais são, de forma a criar uma caricatura de selvagens, malvados e agressivos. Sabemos, infelizmente, que essa imagem do indígena acabou por ser enraizada na mente popular.

Sobre esse autor, Bosi afirma que havia nele um certo pioneirismo, pois “devem-se-lhe os primeiros informes sistemáticos sobre o Brasil” (BOSI, 2017, p. 15). E o próprio Gândavo se põe em um lugar de pioneirismo e “prestador de favores” aos demais pesquisadores e estudiosos que surgiriam, ao afirmar, em seu *Prólogo ao Leitor*, que “A causa principal que [me] obrigou a lançar mão da presente história, e sair com ela à luz, foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta Província é descoberta” (GÂNDAVO, S/A, p. 5).

Entretanto, é possível questionar se o tratado de Gândavo apresenta os indígenas tais quais ele observou, ou se o seu relato é feito de forma tendenciosa, a fim de mostrar colonos portugueses como pessoas boas e inofensivas, ao passo que os indígenas eram selvagens e agressivos.

Já nos registros de José de Anchieta, ainda que se trate de uma literatura de caráter pedagógico e religioso, cujo objetivo era catequizar os indígenas, também podemos observar uma série de violações às culturas indígenas, pois encontramos, em seus escritos, fortes marcas das contínuas tentativas de menosprezar o código moral indígena e substituí-lo pelo europeu. A justificativa para o ensino das Letras e as demais promessas feitas pelos colonizadores só refletiam o grande interesse catequizador e de mão de obra sobre os povos indígenas que habitavam os solos brasileiros. Assim, é perceptível que,

Pouco a pouco, o código moral indígena vai se alterando e adquirindo feições híbridas. Todo o esforço de Anchieta confluía em favor da catequese. O ensino das letras era apenas um tópico na incansável tentativa de transformação do nativo (PEREIRA, 2006, p. 42).

E, para além do ensino das Letras, Anchieta e os demais jesuítas aderiram a outras formas de arte literária, como o teatro, apresentando a característica dramática e a representação de rituais litúrgicos para converter os indígenas. Além disso, o missionário não apenas escreveu os autos, como também deu à lume poemas de características literárias próprias (BOSI, 2017).

3.2 O Romantismo e a literatura indianista

O salto, proposto nesse trabalho, do Quinhentismo (Século XVI) ao Romantismo (Século XIX), dá-se devido ao apagamento dos povos indígenas nas Literaturas e Documentos Oficiais nesse período. Como dito anteriormente, muitos intelectuais acreditavam na possibilidade do desaparecimento dos povos indígenas, apostando na ideia de um Brasil totalmente branco, o que paralisou as produções intelectuais e literárias que se debruçavam sobre a temática

indígena, crença alterada com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, ano em que a biblioteca real foi trazida para o país. E, posteriormente, com a Independência do Brasil, em 1822, momento em que foram criados Institutos de Pesquisa em história e geografia, teatros e museus, etc., com o intento de tornar o país civilizado nos moldes europeus (FACIOLI, 2001). Afinal, há uma concepção de que não existe nação sem literatura.

O Romantismo brasileiro se caracterizou como um dos marcos artísticos mais significativos do século XIX, mesclando sua contribuição para a literatura em prosa e verso. Vale ressaltar que esse movimento literário representou a burguesia dos Séculos XVIII e XIX e, em reflexo disso, encontramos, de forma muito acentuada, as ideologias nos registros da época.

Foi nesse período, portanto, que surgiu a necessidade de fundar o Brasil em termos artísticos (FACIOLI, 2001, *apud* MACENA *et al.*, 2020), pretendendo-se criar uma identidade nacional. Para isso, seria necessário ter um símbolo que representasse o povo brasileiro e suas características.

Posto isso, Silva (2020) afirma que,

Eleito como símbolo da nacionalidade, expressão do patriotismo, o indígena foi representado na Literatura, nas Artes Plásticas, nos discursos políticos e de intelectuais. A História do Brasil foi relida epicamente, onde o indígena Tupi (Guarani) era o personagem principal (SILVA, 2020, p. 13).

Logo, o indígena passa a ser o herói épico equivalente às figuras presentes nas literaturas europeias. Assim, infere-se que foi criado um personagem estereotipado, que seria capaz de projetar, para o exterior, a nacionalidade brasileira.

Gonçalves Dias foi um grande nome desse movimento, pertencente à primeira fase do Romantismo, que abordou fortemente o indígena e a adoração aos ambientes nacionais. O poema *I-Juca-Pirama* exprime essa realidade de forma bem clara e nos mostra o motivo de Gonçalves Dias ser considerado um dos maiores poetas indianistas. A esse respeito, Oliveira *et al.* (2007, p. 10) esclarecem:

Apesar de seu vasto conhecimento sobre a etnografia indígena, Dias não pôde fugir da idéia de apresentar um índio idealizado. Havia entre os Românticos a necessidade de criar um herói que se igualasse aos cavaleiros medievais, por isso foi adicionado ao índio características civilizadas. Ao iniciarmos nossos estudos em literatura e por consequência nos depararmos com o poema indianista I-Juca Pirama, demo-nos conta dos aspectos presentes na obra e que contribuíram para que Gonçalves Dias fosse considerado, pelos literatos, como o maior poeta indianista.

Outro defensor dos ideais nacionalistas e um dos precursores do Romantismo brasileiro foi José de Alencar, um autor de grande visibilidade nessa fase da literatura, que tratou também da questão indianista em sua tríade, composta por *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e

Ubirajara (1874). Tais obras ressaltavam o forte sentimento de nacionalidade e a idealização do indígena enquanto herói e personagem de guerras, mostrando-os, na maioria das vezes, como um herói/arquétipo medieval, conforme dispõe Ramos (2006, p. 15):

Nos três romances, José de Alencar constrói a imagem nobre do primitivo, do índio brasileiro. Essa nobreza é caracterizada pela força e coragem, por virtudes morais que remetem, algumas vezes, ao cavaleirismo da Idade Média, representado no romantismo europeu, que também buscava estabelecer as bases das nacionalidades do Velho Continente (RAMOS, 2006, p. 15).

Faz-se necessário pontuar a exceção encontrada por Bosi (1992), em *Ubirajara*. A obra trata do indígena em momentos anteriores ao encontro com os colonizadores e, ao analisar o livro, o teórico aponta que Alencar contradiz a imagem primitiva e violenta do índio perpetuada pelos cronistas da colônia, em que afirma que os indígenas conheceram traição e maldade por conta dos portugueses que estiveram no país.

Suspeitando, porém, que o teor ambíguo desse nativismo não poderia, em razão do seu modo de compor-se, manter sempre uma face homogênea, busquei a exceção, a rara exceção, e afinal a encontrei em uma breve passagem, uma nota etnográfica aposta à lenda de *Ubirajara*. Foi a última obra em que Alencar voltou ao assunto. Trata-se de uma poetização da vida indígena anterior ao descobrimento. A nota sugere uma leitura da colonização portuguesa como um feito de violência. Defendendo os tupis da pecha de traidores com que os inflamaram alguns cronistas (BOSI, 1992, p. 181).

Em contrapartida, Alencar, no romance *Iracema*, manifesta-se de forma contrária ao que é destacado por Bosi (2001), pois, se atentarmos à representação de *Iracema* como América, parece-nos que o romancista culpabiliza os indígenas pela invasão ou “permissão” concedida por eles aos colonizadores, já que o pecado de *Iracema* está relacionado a “ceder a sua virgindade ao guerreiro português Martim, que é uma analogia da Europa, do colonizador. A partir desse momento ela transfere todo o poder que detinha para o estrangeiro e atrai para si toda a responsabilidade do ato” (FERNANDES *et al.*, 2016, p. 33).

É importante atentar para o fato de que o nome da personagem principal, apesar de ser formado por uma aglutinação de duas palavras *Guaranis*⁵, significando lábios de mel (ANDRADE, 2015), é, também, um anagrama da palavra América, ou seja, utiliza-se das mesmas letras em posições diferentes, portanto, a representação da protagonista como a América presume-se totalmente intencionada pelo autor.

Assim sendo, deter-nos-emos numa breve análise da presença indígena na obra, a começar pela própria descrição da protagonista, que está sempre ligada a elementos da natureza, de forma a identificá-la com os ambientes do Brasil (FERNANDES *et al.*, 2016), ressaltando a

⁵ Em Tupi, “Ira” significa mel e “cembe” significa lábios.

nacionalidade como característica fundamental do Romantismo enquanto escola literária. Tal perspectiva pode ser percebida no excerto: “Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna e mais longos que seu talhe de palmeira. [...] Mais rápida que a ema selvagem, morena virgem corria o sertão” (ALENCAR, 2018, p. 12). E mais: “O mel dos lábios de Iracema é como o favo que a abelha fabrica no tronco da andiroba: tem na doçura o veneno” (ALENCAR, 2018, p. 27).

Pelos pequenos destaques apresentados, do ponto de vista linguístico, é possível perceber vários termos e expressões em Tupi, pois, segundo o próprio autor:

o conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito e até as menores particularidades de sua vida (ALENCAR, 1991, p. 89 *apud* FERNANDES, *et al.*, 2016, p. 34).

Como observado acima, Alencar tem uma visão unificada dos povos indígenas; por isso a imagem criada em seus romances é tão fixa e, por vezes, estereotipada. Ademais, o uso do termo “selvagem” demonstra que a sua percepção dos povos indígenas é de que eles precisam ser civilizados e, por isso, constrói uma história fictícia sobre a colonização, apagando os males que os portugueses causaram às populações indígenas que aqui habitavam.

Segundo Moniz (2009, p. 18), na obra de Alencar, “Iracema e Martim, apesar dos trágicos desencontros, geram o primeiro cearense. O novo Brasil não é fruto da colonização, mas da miscigenação, processo de enxertia de novo sangue e enriquecimento cultural”.

Por outro lado, o conto *Gupeva* (1861), de Maria Firmina dos Reis – uma das primeiras mulheres romancistas – enfatiza a “impossibilidade” da mistura das raças, de modo que parece que a autora visualizava um tipo de apagamento cultural ou de exploração por parte dos europeus para com o indígena, o que, de certa forma, era coerente. Conforme Zin (2017, p. 38), “Gupeva não é um canto lírico comemorativo, mas a narrativa de um embate violento entre as raças. [...] o que essa história nos conta é a impossibilidade de um encontro harmonioso entre as raças”. Firmina, ao criar a narrativa que trata do “encontro da cultura europeia com a cultura indígena autóctone, ela também vai apresentar ideias distintas” (ZIN, 2017, p. 36), possivelmente as que vigoravam à época. Assim, a autora não só retrata uma nova perspectiva acerca da literatura indianista, enquanto também apresenta, como personagem, um francês desonesto e aproveitador, ao passo que retrata um indígena virtuoso e honesto, na figura de Gupeva, um índio Tupinambá (ZIN, 2017).

Dessa forma, a autora “propõe a seus leitores uma perspectiva inédita acerca da questão nacional, baseada não em um mito fundador que estabeleceria a origem da nação brasileira, mas, justamente, na impossibilidade da sua fundação” (ZIN, 2019, p. 78).

Posto isso, em termos gerais, com a chegada da Família Real, enquanto marco para o surgimento do Romantismo brasileiro, as culturas indígenas foram abordadas, por muitas vezes, com a tentativa de perpetuar ideais antilusitanos e trazer visibilidade para o processo de independência cultural do Brasil.

3.3 O ano de 1928 e sua importância para a questão indígena na Literatura Modernista

O ano de 1928 foi marcado pela publicação de duas obras emblemáticas de suma importância para os estudos direcionados à presença indígena na literatura nacional. Com a Semana de Arte Moderna de 1922, muitos paradigmas foram quebrados e foi dado início ao processo de busca por uma identidade própria, direcionando importância às culturas existentes no Brasil. A Semana de 22 abriu portas para Oswald de Andrade e Mário de Andrade, que, mais tarde, em 1928, publicariam obras que influenciariam a promoção da visibilidade indígena no país.

Mário de Andrade realizou um papel relevante no processo de reconstrução da imagem do indígena na Literatura Brasileira. Sendo ele poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista, ensaísta e fotógrafo, foi um dos primeiros nomes a surgir no cenário da poesia moderna brasileira exercendo grande influência no período literário em questão.

Em uma análise da obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (1928), nota-se que Mário de Andrade utilizou a obra para desconstruir a imagem do herói indígena construída pelo Romantismo. Assim, o autor também se apropria de artifícios para comparar *Macunaíma* ao povo brasileiro, afirmando que sua formação e consolidação cultural estabelecem ligações diretas com as ideologias do personagem central, que abraçava fortes características da rapsódia, que consiste em uma composição livre, trazendo na sua estrutura marcas especiais e referências diretas ao clássico.

A partir da iniciativa de imergir no Brasil em suas origens, o autor da obra modernista utiliza procedimentos composicionais, como a sátira, para evidenciar características importantes ao conceito de brasilidade. Mário de Andrade utiliza *Macunaíma* para pontuar componentes do ideal mestiço do brasileiro, colocando-se em uma posição de resistência perante as influências estrangeiras. De acordo com Raft,

O “modernismo militante” de Mário de Andrade, como destaca José Miguel Wisnik, estava também em sintonia com movimentos de vanguarda que eclodiram pelo mundo, pela renúncia ao passadismo, ao academicismo, e às formas rígidas e árcades da arte. Com o objetivo de abolir o perfeccionismo estético, apreciado pelos oitocentistas, o modernismo no Brasil buscava a identidade brasileira e sua manifestação/representação nas artes (2018, p. 81).

Apesar de ser considerada uma obra imoral na época de sua publicação (1928), Mário de Andrade, no processo de construção de *Macunaíma*, faz alguns recortes da mitologia indígena – trazendo um grande senso de importância para tais culturas e povos, pois a obra evidencia características originais e realistas das culturas em questão, saindo do lugar imaginário e idealista a que o indígena esteve sujeito durante décadas na história da literatura – e implantando pontos humorísticos na construção de toda a trama, com a intenção de intensificar a ideologia satírica da obra. Nessa perspectiva, Raft esclarece:

Makunayma é o herói mitológico das tribos indígenas Taulipang e Arekuná que pertencem ao tronco linguístico caraíba. Os Taulipang localizam-se entre a Serra Roraima e o rio Uraricuera. Os Arekuná habitam o território entre o rio Caroní e afluentes da Guiana Venezuelana. A mitologia desses povos foi narrada em língua portuguesa por dois indígenas que serviram de guias ao naturalista alemão KochGrünberg. Ele as traduziu para a língua alemã no já citado volume 2 da obra Von Roraima Zum Orinoco publicada em 1924. As lendas taulipang compõem um programa mitológico com inúmeros motivos que se intercalam de forma autônoma e explicam as características dos animais, a natureza inanimada, as formas geológicas, formações rochosas, a origem dos corpos celestiais e sua relação com o mundo terrestre. Makunayma é o supremo herói da tribo e tem no nome uma composição de maku=mal e o sufixo aumentativo ima=grande. “O grande mal” remete ao caráter trapaceiro do herói que causa aos homens muitas desgraças (RAFT, 2018, p. 94-95).

O indígena, em *Macunaíma*, é retratado de maneira plural e abrangente, alcançando, assim, a sociedade brasileira em geral, que carrega consigo fortes características do “índio mestiço”, refletindo referências identitárias a respeito do ideário indígena brasileiro, expressando suas características naquilo que é dito e não dito pelo personagem.

Por outro lado, cabe destacar a distorção cultural acarretada por séculos, e, conseqüentemente, também refletida a partir da narrativa construída na referida obra de Andrade. De acordo com Sousa e Fiorotti (2012), em seu estudo acerca das narrativas sobre o mito de *Macunaíma*, vale ressaltar que a obra é construída a partir de bases mitológicas oriundas dos povos indígenas da região de Roraima, Venezuela e Guyana Inglesa. Dessa maneira, notamos a forçada tentativa de apropriação e comercialização cultural através da obra. O mito contado por Mário de Andrade foge às raízes indígenas que o originaram.

Sabendo que, para tais povos indígenas, *Macunaíma* era visto como uma divindade, Andrade trata-o enquanto um ser possuidor de virtudes e características humanas, desrespeitando, dessa maneira, a crença perpetuada pelos indígenas, que compartilhavam da

mesma verdade. No excerto a seguir, percebe-se a semelhança nas atitudes de Macunaíma com um ser essencialmente humano.

[...] Então Macunaíma quis se divertir um pouco. Falou pros manos que inda tinha piaba muito jeju muito matrinxão e jatuaranas, todos esses peixes do rio, fossem bater timbó! [...] Foram. A margem estava traiçoeira e nem se achava bem o que era terra, o que era rio entre as mamoranas copadas. Maanape e Jiguê procuravam enlameados até os dentes, degradingolando juque! nos barreiros ocultos pela inundação. E pula pulavam se livrando dos buracos, aos berros, com as mãos para trás por causa dos carandirus safadinhos querendo entrar por eles. [...] (ANDRADE, 2017, p. 13-14)

É necessário abordar, também, a associação da divindade com os sentimentos humanos, quando Macunaíma castiga todos aqueles que não o obedecem ou passam na sua frente, de maneira traiçoeira e atrelada a atitudes para beneficiar a si próprio, totalmente diferente da personalidade construída pelos indígenas a respeito da crença voltada ao ser que originou Macunaíma, baseando suas ações no senso de justiça.

Também é necessário mencionar as contribuições do poeta, escritor, ensaísta e dramaturgo brasileiro Oswald de Andrade para a visibilidade do indígena e da cultura nacional como um todo. Ele foi um dos promotores da Semana de 22, no Teatro Municipal de São Paulo, e isso ajudou o renomado escritor a ganhar visibilidade e influência no Modernismo Literário Brasileiro.

Dentre suas obras mais emblemáticas está o *Manifesto Antropófago* (1928), que repercutiu a emblemática indagação: “Tupi or not Tupi?”. A ideologia do antropofagismo foi retomada fortemente, e sem limites estabelecidos por Oswald de Andrade. A defesa daquilo que é essencialmente brasileiro foi uma característica marcante na construção do Manifesto e dos conceitos de cultura e nacionalidade. Tais conceitos foram abordados e evidenciados para que a cultura do Outro não ultrapassasse as barreiras construídas pelos europeus em todo o período de colonização do Brasil. No trecho a seguir, observa-se, de forma precisa, uma análise criticamente elaborada do Manifesto, que traz observações de extrema relevância para a compreensão das problemáticas e questões abordadas no corpo do artigo.

“Tupy, or not tupy that is the question”. Noventa anos depois da publicação do Manifesto Antropófago, a recorrência de reproduções e apropriações do mais célebre de seus aforismos converteu aquilo que se apresentava como dilema em um lema identitário, segundo o qual a alternativa a ser Tupi consistiria, simplesmente, em não ser. Nessa leitura, que parece uma metonímia do destino póstumo do próprio movimento capitaneado por Oswald de Andrade (mas, afinal, como ele mesmo dizia, “[q]uem conta com a posteridade é como quem conta com a polícia” (Andrade, 2011a:61)), ignorou-se que that is the question, que esta é a questão que o Manifesto, relendo o passado, lançava ao presente de modo a pensar o futuro. É precisamente isso que propomos questionar aqui, mapeando o quadro de referências no qual ela se insere, os debates nos quais ela intervém, e, especialmente, como ela se conecta às

fontes etnográficas do Manifesto, de modo a tentar restituir o seu estatuto de questionamento radical dos termos e da lógica da “questão indígena”, em que se trata de passar da alternativa à abertura, do dois ao múltiplo, tanto no conteúdo, quanto na forma, pois, como aponta Beatriz Azevedo (2016, p. 199), também “com sua linguagem aforismática, Oswald vai do ‘duplo sentido’ ao sentido múltiplo”, da encruzilhada dual aos “Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros” (NODARI, AMARAL, 2018, p. 2463).

Tratar de questões indígenas, a partir do *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade, constitui um excelente movimento de re colocação do indígena na história e Literatura Brasileira, pois compreende-se que a literatura explora artifícios e características dos povos indígenas há séculos, e são esses mesmos textos, ainda que distorcidos, que devem ser estudados criticamente para abrir os caminhos da presença indígena no histórico literário nacional.

A execução e perpetuação do Manifesto atenua, também, o nosso senso analítico, que deve se apropriar de tais registros para imergir nas culturas oriundas dos povos indígenas e tratar de todas as problemáticas enfrentadas por eles ao longo da história da humanidade. Vale ressaltar, também, a outra face presente no discurso do manifesto, que mais uma vez trata das culturas indígenas enquanto um simples subsídio para a sua criação literária, e não como uma construção válida que deve ser compartilhada da maneira que realmente se estendeu durante os séculos de preservação cultural. Trazer para o contexto acadêmico tais feitos e entraves caracteriza-se como um ato de resistência e relocação da visibilidade das narrativas literárias que têm sustentado uma série de valores, consequentemente invisibilizados pelas culturas que se colocam no papel de oposição às verdadeiras raízes e matrizes nacionais.

Considerações finais

Seria ingenuidade nossa pensar que chegamos às considerações finais, pois essa discussão necessária está apenas em seu início, e esperamos ter contribuído com ela, apresentando uma análise breve e concisa de algumas das grandes obras da Literatura Brasileira.

O artigo desenvolveu-se de maneira cronológica, apresentando como os povos indígenas foram retratados e, de certa forma, inventados pelos autores brasileiros dos diferentes períodos literários. Destarte, este estudo procurou apontar que os indígenas foram retratados de distintas maneiras, mas, a partir das visões de determinadas épocas e da ideologia de cada autor, os povos nativos foram estereotipados ou se tornaram apenas símbolos das lendas, portanto, personagens fictícios e passivos, quando, na realidade, travaram várias batalhas contra a exploração e escravização perpetradas pelos colonizadores.

Posto isso, reconhecemos a necessidade de mais pesquisas que corroborem a discussão acerca da temática indígena, para além da Literatura Brasileira, visto que ela constitui um significativo instrumento de reflexão para se combater a discriminação e propiciar saberes críticos e inclusivos na sociedade brasileira.

Referências

- ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2018.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.
- ANDRADE, Fernando Teixeira de. José de Alencar – Iracema: análise da obra, seleção de textos e questionário. *In: Os livros da FUVEST/UNICAMP – II*. São Paulo: Objetivo, 2015.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. São Paulo: Século Editora, 2017.
- BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- BRASIL. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.
- CAMINHA, Pero Vaz. **A carta**. [S. n., 18--]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.
- FACIOLI, Valentim. Pátria, Natureza e Sentimentos. *In: Poesia brasileira: Romantismo*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- FERNANDES, Acsa Oliveira; ALVES, Lídia Maria Nazaré; DIAS, Vanessa Fernanda. **A representação do índio na obra de Iracema**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016.
- FIOROTTI, Devair Antônio; SOUZA, Ana Maria Alves de. Macunaíma, Macunaíma ou macunaimã: um estudo de narrativas sobre o mito de Macunaíma. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 4, p. 61–70, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/263>. Acesso em: 16 maio 2021.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz**. Brasília, DF : Senado Federal, Conselho Editorial, [200?]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000281.pdf>. Acesso em: 02 abr 2021.
- GARSCHAGEN, Bruno. **Pare de acreditar no governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- MACENA, Keyla Patrícia da Silva; BONAMIGO, Lais; ALMEIDA; Eliene Amorim de. Análise da obra oitocentista Úrsula sob a perspectiva das categorias gênero e raça. **Revista Educare**, João Pessoa, PB, v. 4, p. 1-27, jan./jun. 2020.
- MONIZ, António Manuel de Andrade. A trilogia indianista de Alencar – identidade e miscigenação. **Rev. de Letras**. Fortaleza, n. 29. v.1, jan./jul.2009.
- NODARI, Alexandre; AMARAL, Maria Carolina de Almeida. A questão (indígena) do Manifesto Antropófago. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 2461-2502, 2018.
- OLIVEIRA, Gleise Ferreira de; SANTOS, Irlas Evelline de Carvalho. SILVA, Manuela Oliveira. SOUZA, Josefa Eliana. **O Gonçalves Dias: biografia e indianismo através do poema I-Juca-Pirama**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Tiradentes, Sergipe, 2007.
- PEREIRA. Rosemeire França de Assis Rodrigues. **A literatura de José de Anchieta e a gênese da educação brasileira**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2016.
- RAFT, Gustavo Luz. **A construção da identidade nacional pela representação do indígena no mestiço antropofágico de Macunaíma**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Letras, Vitória, 2018.
- RAMOS. Ivana Pinto. **Ubirajara: ficção e ficções alencarianas**. Dissertação (Mestrado em Estudo Literários) – Universidade Federal do Espírito Santo. Departamento de Letras, Belo horizonte, 2006.
- REIS, Maria Firmina. Gupeva: Romance brasiliense. In: FILHO, Nascimento Morais (org.). **Maria Firmina, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.
- SANTOS, Lao. **O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- SILVA, Edson. Os índios entre discursos e imagens: o lugar na História do Brasil. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. **A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008**. 3. ed. Recife: Ed. UFPE, 2020.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ZIN, Rafael Balseiro. Maria Firmina dos Reis e seu conto Gupeva: uma breve digressão indianista. **Em tese**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.1-15, jan./jun., 2017.

ZIN, Rafael Balseiro. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. São Paulo: Aetia Editorial, 2019.

Recebido em: 13.09.2021

Aprovado em: 14.10.2021

Para referenciar este texto:

MACENA, Keyla Patrícia da Silva *et al.* A presença indígena na Literatura Brasileira. **Lumen**, Recife, v. 30, n. 2, p. 40-58, jul. /dez. 2021.